

SEGUNDO TURNO

Adiada a votação para sessão de hoje

por Adriana Vera e Silva de Brasília

No primeiro dia do chamado "esforço concentrado de votação" — sessões contínuas que deverão se estender até o final da próxima semana, incluindo este sábado e domingo — não houve quórum, ontem, na Assembleia Nacional Constituinte.

Para o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, a presença de 246 parlamentares no plenário (34 a menos do que o mínimo necessário para haver votação) não indica

a possibilidade de fracassar o "esforço concentrado". Ulysses Guimarães justificou a ausência de número significativo de constituintes pelo fato de a sessão ter sido marcada para as 18 horas, um horário bastante adiantado em relação às sessões normais.

Apesar de não ter havido votação, as negociações entre os líderes dos partidos evoluíram bastante. A liderança do PFL voltou a participar dos acordos de lideranças (ver matéria ao lado) e os líderes examinaram o texto da nova Carta

até o final do título 4, que define as funções do Poder Legislativo. Foram examinados, também, pontos pendentes do título 3, referentes aos bens e competência da União, estados e municípios e à administração pública.

Hoje, a votação da Constituinte deverá começar pela manhã, na sessão marcada para as 9 horas, e poderá estender-se até a noite, dependendo do número de parlamentares presentes e do cumprimento dos acordos fechados ontem pelos líderes.

Entre outros temas polé-

micos, poderão ser votados hoje, em segundo turno, os seguintes:

- Datas de eleição e posse de prefeitos, governadores, do presidente da República e respectivos vices. Os líderes fecharam um acordo que poderá unificar a data da eleição para todos estes cargos no dia 3 de outubro.
- Lei orgânica dos municípios, que institui autonomia para os municípios em relação aos estados e ao governo federal em diversos aspectos; como, por exemplo, a definição do número de vereadores das câmaras municipais;

- A instituição de dois turnos para as eleições de prefeitos, governadores e do presidente da República;
- Limite máximo e mínimo para a remuneração dos servidores públicos fixados em lei;
- Equiparação entre a remuneração de servidores dos poderes executivo, legislativo e judiciário para funções equivalentes;
- Todos os artigos definindo a aposentadoria e a estabilidade para os servidores públicos;
- Possibilidade de reeleição do deputado Ulysses

Guimarães para a presidência da Câmara dos Deputados;

- Diversos tópicos que aumentam a competência do Congresso Nacional, incluindo a fiscalização da concessão de canais de rádio e TV pelo Poder Executivo; a autorização do Congresso sobre as operações financeiras com o exterior feitas por governos municipais, estaduais e pelo governo federal e a possibilidade de o Congresso demitir ministros de estado (definida com moção de censura).

Acordos de lideranças contam novamente com a participação do PFL

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Com o consentimento do PMDB de negociar diversos pontos que o PFL deseja modificar na nova Constituição, a bancada pefelista voltou ontem a participar dos acordos fechados entre os líderes dos partidos na Assembleia Nacional Constituinte. O retorno do PFL foi oficializado depois de reunião de mais de uma hora entre os líderes do partido, o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS).

Extra-oficialmente, o partido já tinha voltado às negociações dos líderes pela manhã, pois o deputado pefelista José Lins (CE) participou da reunião de lideranças realizada antes do encontro entre o PMDB e o PFL.

Sem o apoio dos pefelistas, a votação em segundo turno da Constituinte se atrasou na semana passada. Para conseguir a volta do PFL, está sendo negociado um acordo pelo qual as eleições municipais de novembro poderão ser realizadas em um só turno. Ontem, os líderes de todos os partidos aceitaram incluir nas Disposições Transitórias um artigo instituindo o turno único para as eleições deste ano. Não houve acordo, entretanto, para que este artigo seja aprovado. Ele será colocado em votação no plenário.

Os partidos de esquerda estão contra a aprovação do turno único e para o PMDB — que tem a maior bancada da Constituinte — "a questão ficará em aberto porque o partido se divide quanto a este ponto, devido a interesses diversos dos candidatos do PMDB nos municípios de todo o País", segundo disse ontem o líder pemedebista Nelson Jobim.

Além da instituição do turno único, outra questão está sendo colocada pelo PFL para continuar parti-

cipando dos acordos: o partido deseja que o senador pefelista Alexandre Costa, indicado pelo presidente José Sarney para ser o governador do Distrito Federal, possa assumir seu novo cargo sem perder o mandato de senador.

Para que isso ocorra, é preciso que seja acrescentado um novo artigo nas Disposições Transitórias, como será feito em relação aos dois turnos da eleição municipal de novembro. Os partidos de esquerda não aceitam a elaboração deste artigo, o que deverá impedir sua realização.

A questão é aberta para o PMDB, mas o líder Nelson Jobim fez questão, ontem, de defender a reivindicação pefelista, indicando a disposição do PMDB em ceder às exigências do PFL. "Pessoalmente, defendendo que o senador Alexandre Costa não precisa perder seu mandato para exercer o governo do Distrito Federal. Na nova Constituição, exercer dois cargos eletivos é proibido, mas este caso é especial porque o senador não foi eleito, foi indicado. Até a eleição do seu sucessor, é preciso criar uma regra temporária", argumentou Jobim para defender a inclusão deste tópico nas Disposições Transitórias da nova Carta.

O PFL deveria ter entregue ontem ao PMDB uma lista com cerca de 25 pontos que o partido quer suprimir no segundo turno de votação da Constituinte. "Os líderes pefelistas fizeram algumas observações e nós, do PMDB, concordamos com algumas delas", disse Jobim, após a reunião com os líderes do PFL.

A lista com os 25 pontos, entretanto, não foi divulgada. Antes do encontro, o vice-líder pefelista, deputado Inocêncio Oliveira, apontou com o indicador o bolso de seu paletó para mostrar que ali estava o documento com as reivindicações do partido.

Sarney pede apoio ao esforço concentrado

por Amauri Teixeira de Brasília

Na reunião que teve ontem com os líderes do governo na Assembleia Constituinte, o presidente José Sarney, de acordo com o senador Saldanha Derzi, fez um apelo para que as lideranças apoiem a proposta do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de promover um "esforço concentrado" para a votação do texto constitucional.

Segundo Derzi, líder do governo no Senado, o pedido do presidente tem ligação direta com a aprovação do orçamento da União para o próximo ano, que tem de ser enviado para a apreciação do Congresso Nacional até o dia 31 deste mês.

A preocupação do governo, relatou Derzi, é que o

orçamento está sendo preparado já com base na forma tributária proposta pela nova Constituição, que redefine as atribuições do Poder Executivo e transfere maiores recursos para os estados e municípios.

Durante o encontro, o presidente José Sarney disse que deve reunir novamente os líderes do governo ainda nesta semana para esclarecer sobre os cortes no orçamento dos ministérios, e o repasse de recursos e atribuições para os estados. Ontem mesmo, o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, anunciou os primeiros cortes em sua pasta (ver matéria na página 3).

Amanhã, todos os ministérios encaminham ao presidente uma relação das prioridades de suas pastas.

Agenda

Ontem	de votação para as 9 horas de hoje. A expectativa é de que haja quórum suficiente para que a votação se estenda durante a tarde. Podem ser definidos hoje, em segundo turno, entre outros temas polêmicos, a possibilidade de o deputado Ulysses Guimarães ser reeleito para a presidência da Câmara Federal; a eleição em dois turnos para governadores, prefeitos e presidente da República; a aposentadoria e a estabilidade para os servidores públicos.
Hoje	Está marcada sessão